

INTRODUÇÃO

1. O presente Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2010 serão submetidos à apreciação do Órgão Executivo e do Órgão Deliberativo, nos termos do disposto na alínea d), do nº2, do artº34º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro.
2. Os referidos documentos foram executados de acordo com os requisitos estabelecidos no Decreto-Lei nº 55-A/99, de 22 de Fevereiro e encontram-se organizados de acordo com a Resolução nº4/2004 - 2ª Secção instruções nº1/2001 - publicado no Diário da República, II Série, nº191, de 18/08/2001, aprovado pela resolução nº04/01, do Tribunal de Contas. Neste pressuposto, é analisada a situação da Junta de Freguesia de Benfica, tanto na vertente “orçamental” como na vertente “económico-financeira”.
3. Aproveitamos para realçar que as contas de 2010 continuam a confirmar a sustentabilidade financeira da Autarquia, que se encontra expressa nas disponibilidades evidenciadas no final do exercício (1.756.314,35)
4. Refere-se também que ao longo de todo o ano, a realização de despesas foi sempre pautada por critérios de economia, quer através da permanente consulta ao mercado, visando a obtenção dos melhores preços, quer através da negociação de contratos economicamente mais vantajosos.
5. Por último, importa referir o esforço desenvolvido pelo Executivo, para dotar a Autarquia dos recursos humanos indispensáveis ao seu normal funcionamento, em condições de estabilidade, regularizando situações que permaneciam indefinidas há vários anos e que indiscutivelmente correspondiam a necessidades permanentes dos serviços nas mais diversas áreas.

A Presidente,

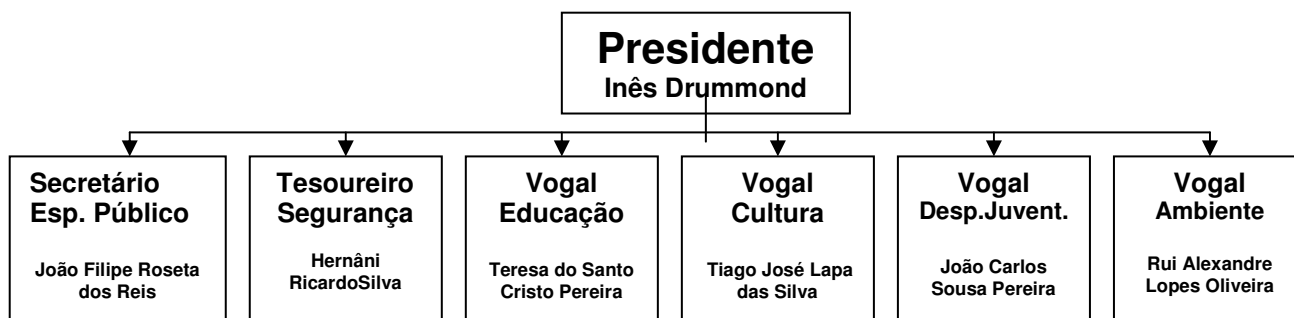
(Inês Drummond)

ORGANIZAÇÃO DA FREGUESIA

1. Nos termos do disposto na Lei nº169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro, os Órgãos representativos da Freguesia são a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia.
2. A Assembleia de Freguesia é o Órgão Deliberativo da Freguesia, e é constituída por membros eleitos directamente, em número de 19 dado que o número de eleitores é superior a 20.000.
3. A composição da Assembleia de Freguesia está repartida pelas seguintes forças políticas: PS (8), PSD (7), CDU (2), CDS (1) e BE (1).
4. A Junta de Freguesia é o Órgão Executivo da Freguesia. É constituído por um Presidente e por Vogais, dos quais dois exercerão as funções de Secretário e Tesoureiro. Nas Freguesias com mais de 150 eleitores o Presidente da Junta é o cidadão que encabeçou a lista mais votada na eleição para a Assembleia de Freguesia. Os Vogais são eleitos pela Assembleia de Freguesia, de entre os seus membros, mediante proposta do Presidente da Junta. Nas Freguesias com 20.000 eleitores ou mais eleitores há 6 Vogais.
5. O actual Executivo tomou posse em 05 de Novembro de 2009. É constituído por 7 Membros, sendo o Presidente e 6 Vogais. Os Pelouros foram atribuídos conforme Despacho nº1-PRE/2009, de 10 de Novembro de 2009, alterado pelo Despacho nº3/2010, de 19 de Outubro de 2010, conforme se indica:

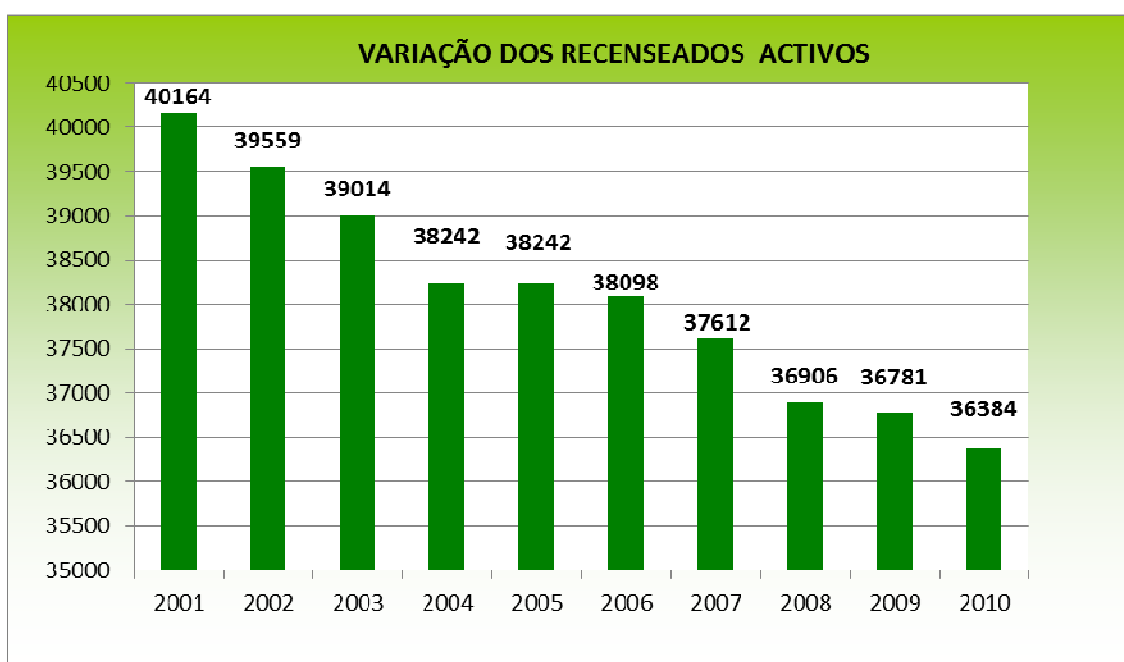
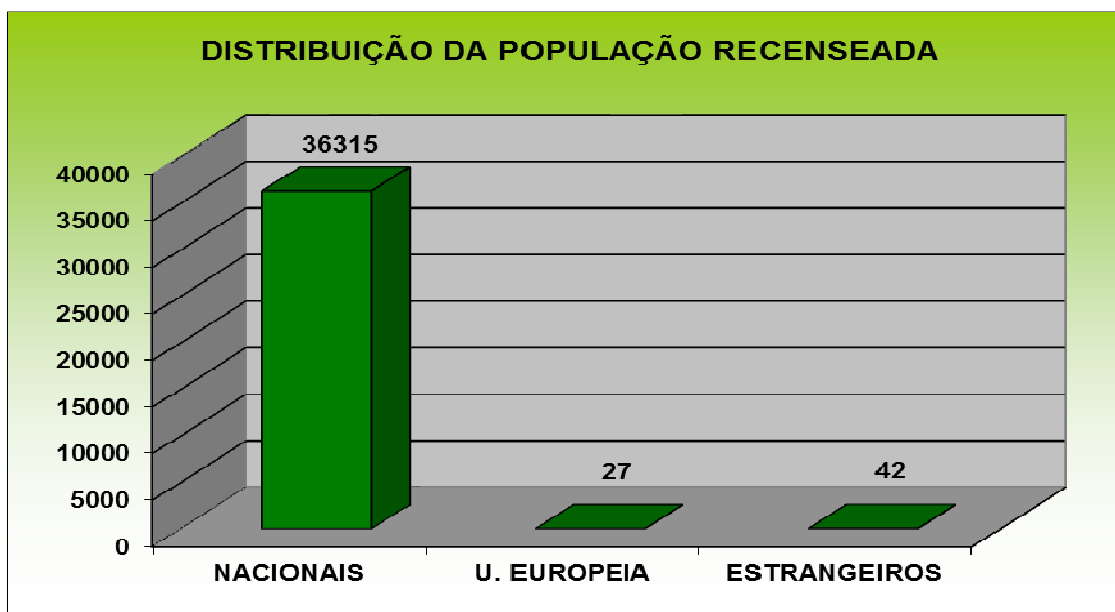
MANDATO 2009-2013

(Membros em funções em 31-12-2010)



ESTRUTURA DA FREGUESIA

1. A Assembleia de Freguesia que tomou posse em 05 de Novembro de 2009, é constituída por 19 Membros, em função do número de eleitores recenseados à data do acto eleitoral. Em 31/12/2010 o número total de eleitores recenseados era de 36.384, caracterizados da forma que a seguir mostramos:



ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS

A estrutura orgânica dos serviços é a constante do **Regulamento de Organização dos Serviços da Junta de Freguesia de Benfica**, aprovada por deliberação do Órgão Executivo de 07-12-2010 e aprovação do Órgão deliberativo de 15-12-2010 e publicada em Diário da República, II série, nº3, de 05 de Janeiro de 2011.

O modelo de Estrutura Orgânica adoptado compreende Unidades e Subunidades Orgânicas, conforme adiante se descreve, constando a versão integral da parte da prestação de contas designada “outros documentos”.

Unidades Orgânicas

1. Para o exercício das suas atribuições e competências a Junta de Freguesia de Benfica possui um modelo assente nas seguintes unidades orgânicas:
 - a) Secção de Apoio e Coordenação;
 - b) Secção de Administração e Finanças;
 - c) Secção de Intervenção Social.

Subunidades orgânicas

1. As unidades orgânicas elencadas no ponto anterior compreendem um conjunto de subunidades, directamente ligadas à prossecução dos objectivos fixados no Plano de Actividades e Investimentos, e que são as seguintes:

- 1.1 Secção de Apoio e Coordenação:
 - a) Secretariado;
 - b) Gabinete de Apoio Jurídico e Técnico;
 - c) Gabinete de Comunicação e Informação;
- 1.2 Secção de Administração e Finanças
 - a) Sector de Administração Geral;
 - b) Sector de Pessoal;
 - c) Sector de Contabilidade e Tesouraria;
 - d) Sector de Atendimento ao Público.
- 1.3 Sector Intervenção Social:
 - a) Serviço de Acção Social;
 - b) Sector da Educação;
 - c) Sector da Intervenção Local;
 - d) Sector da Cultura;
 - e) Sector do Desporto e Juventude;
 - f) Centro ECRI.

RECURSOS HUMANOS

A Junta de Freguesia de Benfica dispõe de um Mapa de Pessoal aprovado pelo Executivo em 21/09/2010 e pelo Órgão deliberativo em 30/09/2010, publicado em 05/01/2011 no D.R. II série nº 3, aplicando as normas decorrentes dos diplomas legais aplicáveis (D.L. 169/99, de 18/09, com as alterações constantes da Lei 5-A/2002, de 11/01, D.L. 12-A/2008, de 27/02 e D.L. 305/2009 de 23/10).

Tendo em conta que os procedimentos decorrentes das alterações originadas pelo novo mapa de pessoal, tiveram o seu início no decurso do segundo semestre de 2010 e apenas terminaram em Fevereiro de 2011, foram tomados por referência os recursos humanos em funções em 01-01-2011, quer o pessoal em RCTFP, quer alguns Contratados a Termo, Prestadores de Serviços e Profissionais Liberais, cujas funções são indispensáveis ao desenvolvimento das diversas actividades da Autarquia no quadro das competências próprias e delegadas que lhe têm estado cometidas, e que a seguir se descrevem, com o respectivo enquadramento nas áreas ou serviços, com vista a uma perfeita clarificação dos recursos humanos em presença:



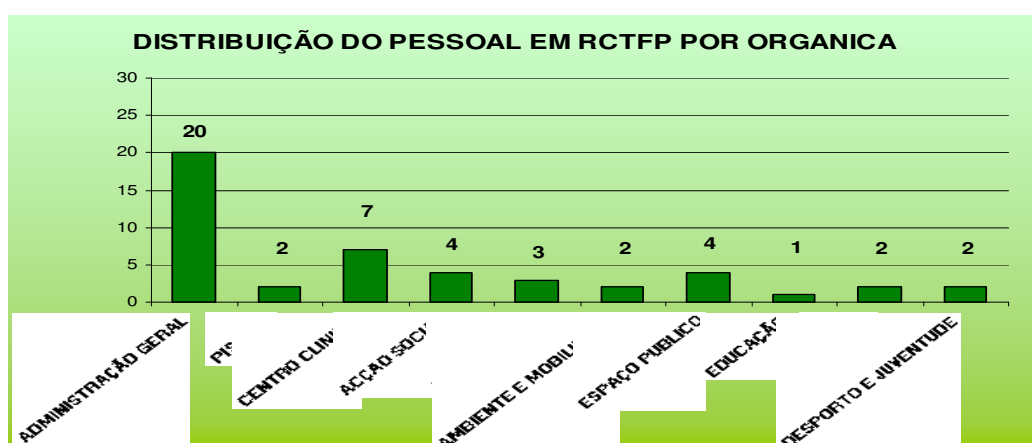
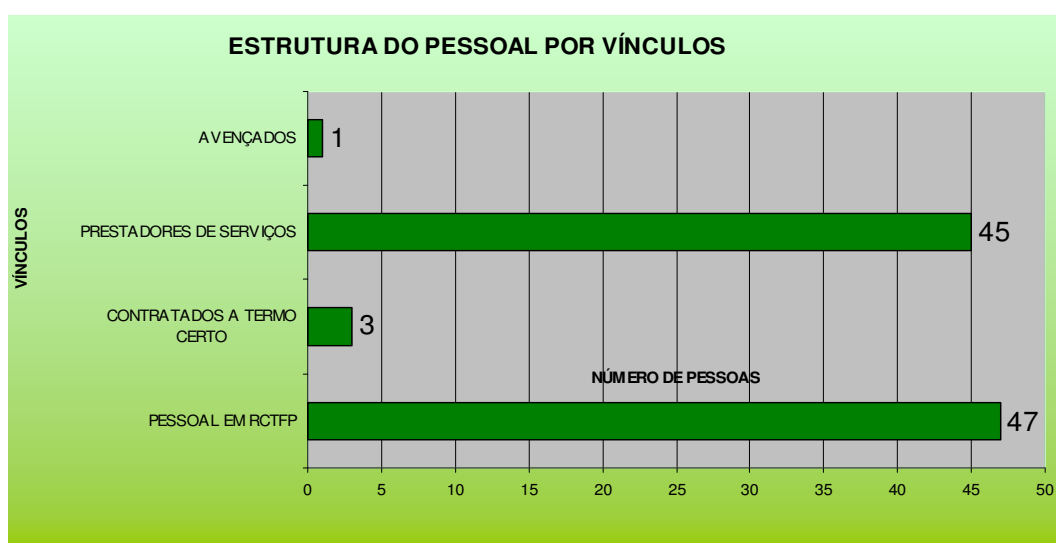
CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Em 01 de Janeiro de 2011 a Junta de Freguesia de Benfica contava com o contributo sob as mais diversas formas 96 trabalhadores, dos quais 47 eram funcionários em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, 3 eram Contratados a Termo, 45 eram

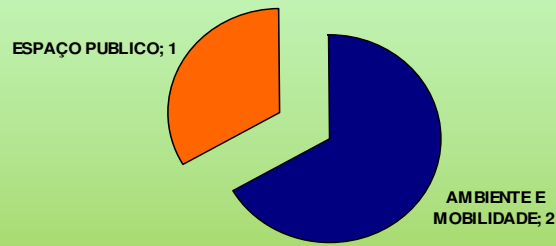
Prestadores de Serviços, dos quais 13 eram Professores de Natação, 22 eram Monitores e Auxiliares das Componentes de Apoio à Família, nos termos do Protocolo celebrado com a CML e enquanto este vigorar e os restantes 10 estavam distribuídos pelos diversos pelouros conforme se encontra evidenciado nos gráficos respectivos e ainda 1 avençado para a área de enfermagem.

Os recursos humanos são incentivados para através de mecanismos de rotatividade e flexibilização, alargarem o âmbito das suas competências e melhorarem o seu conhecimento dos diversos serviços da Autarquia.

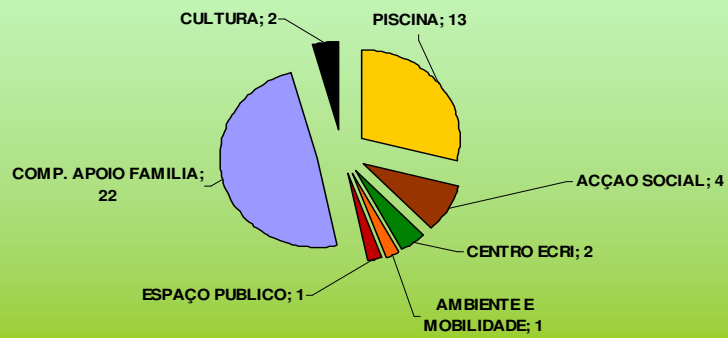
ANO	RCTFP	PREST.SERVIÇOS E AVENÇAS	CONT.A TERMO
ANO 2007	40	17 + 20	10
ANO 2008	40	17 + 22	11
ANO 2009	36	18 + 12 + 19	9
ANO 2010	47	10 + 13 + 22	3



DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO POR ORGANICA

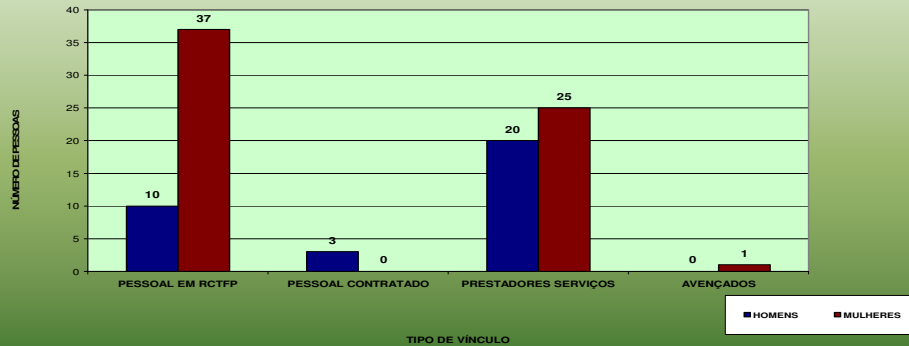


DISTRIBUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO POR ORGÂNICA

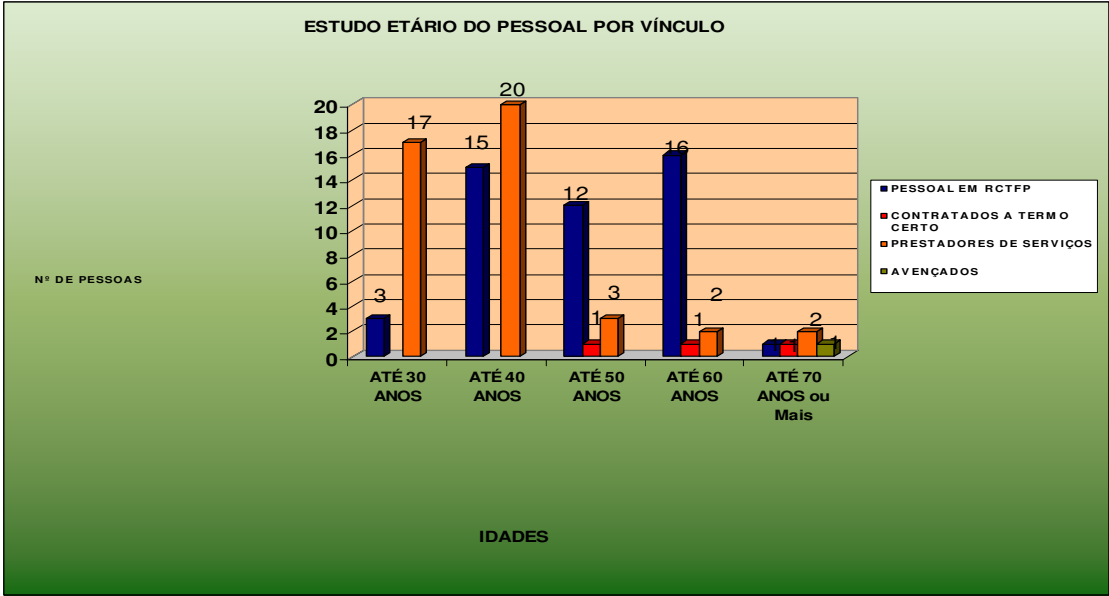


REPARTIÇÃO DOS TRABALHADORES POR GRUPOS DE PESSOAL E SEXO

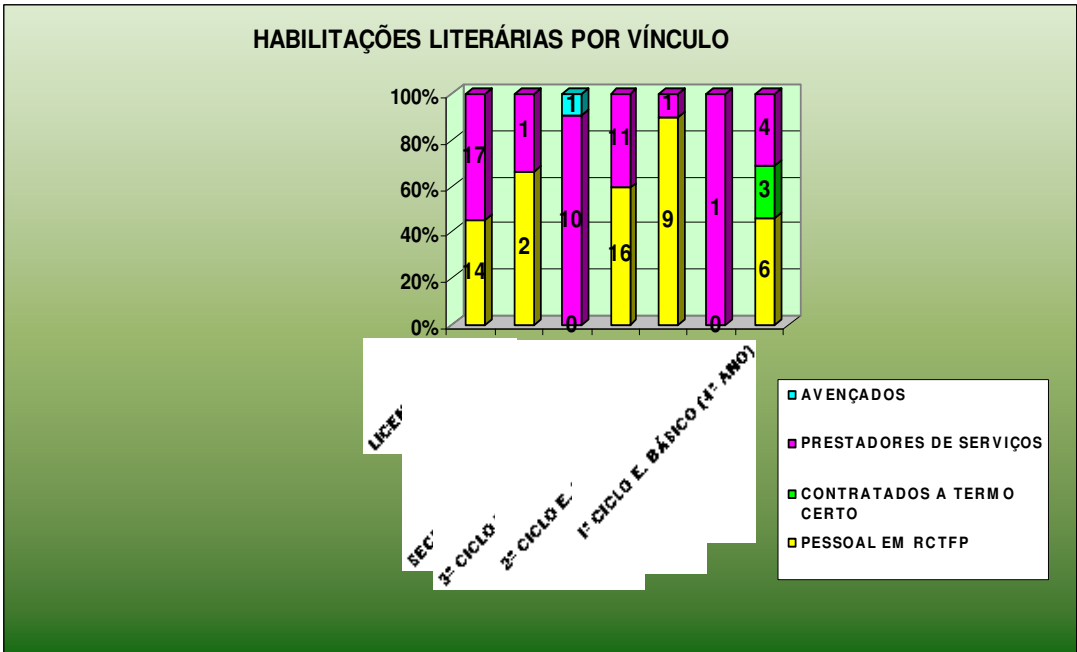
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR VÍNCULO E POR SEXO



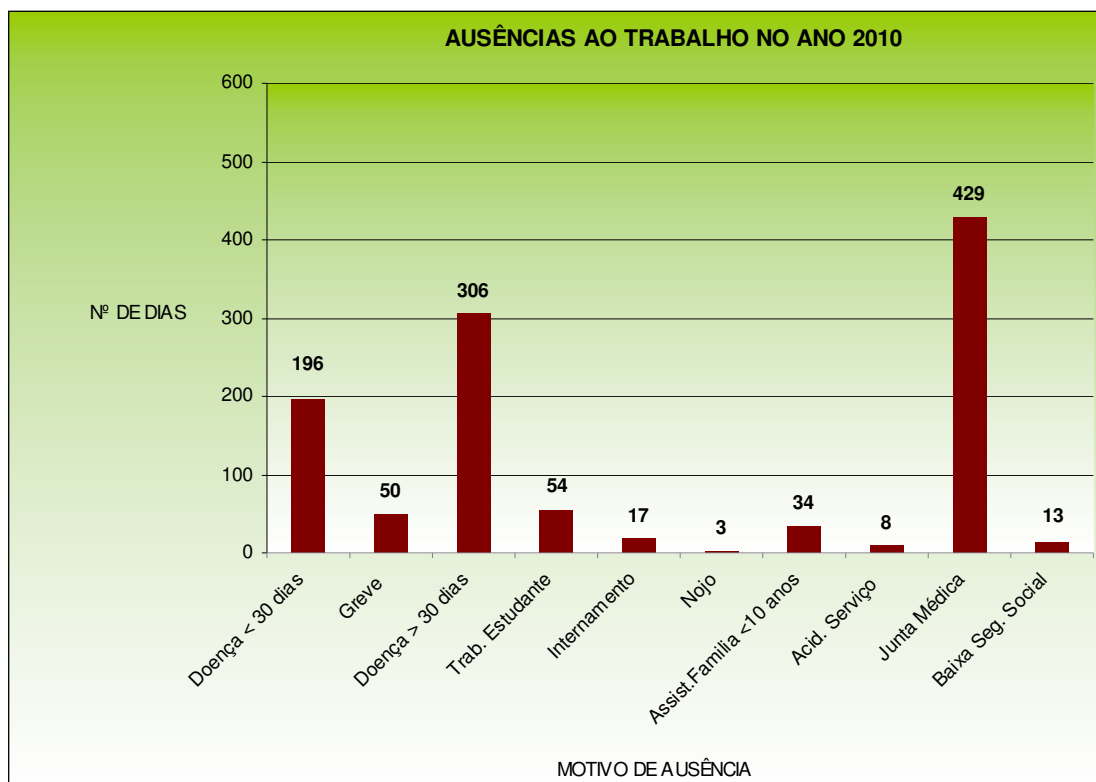
REPARTIÇÃO DOS TRABALHADORES POR FAIXA ETÁRIA



HABILITAÇÕES ACADÉMICAS



ABSENTISMO



Em matéria de absentismo os números de dias de ausência ao serviço continuam elevados, embora o ano de 2010 apresente uma redução de 7,8% em relação aos valores apresentados no ano 2009.

Globalmente o número de dias de faltas, excluindo férias, nos últimos quatro anos vem apresentando os seguintes valores: 2007 com 790 dias de ausência; 2008 com 1.104 dias; 2009 com 1.204 e 2010 com 1.110 dias de falta.

ALTERAÇÃO DE POSICIONAMENTOS REMUNERATÓRIOS

Regra – Exceções – Opções Gestionárias

Não se verificaram na Gerência de 2010 quaisquer alterações de posicionamento remuneratório enquadráveis nos artigos 46º, 47º ou 48º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, nem qualquer decisão sobre a atribuição de prémios de desempenho previstos no artigo 75º do referido diploma legal.

A aplicação das faculdades atrás referidas, estava dependente do processo de Avaliação do Desempenho (SIADAP) relativamente ao ano 2009, o qual não pôde realizar-se por não haver, pelo menos, seis meses de contacto funcional entre avaliador e avaliado, tendo sido adoptado o disposto no nº2 do artigo 30º do Decreto Regulamentar nº18/2009, de 4 de

Setembro, que permitia a atribuição a todos os trabalhadores em condições de serem avaliados naquele ano, uma valorização de um ponto que acumulará para futuras alterações de posicionamento remuneratório.

DISCIPLINA

A Junta de Freguesia de Benfica não desenvolveu no ano em referência nenhum processo disciplinar a pessoal.

SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE

A Junta de Freguesia de Benfica continuou a dar cumprimento às normas legais de higiene, segurança e medicina no trabalho através da contratação de serviços da especialidade, que já vinham sendo prestados desde o ano de 2008.

Foram efectuados os rastreios anuais aos trabalhadores bem como os exames obrigatórios que constam de análises, electrocardiograma e consulta e ainda exames auditivos aos operários que laborem com máquinas.

Os Trabalhadores e os Membros dos Órgãos Autárquicos têm acesso a consultas de clínica geral ou especialidade e cuidados de enfermagem no Centro Clínico dos serviços, a custo reduzido.

São ainda efectuadas as inspecções legais às instalações e apresentados os respectivos relatórios às entidades oficiais, relativamente às condições e meios de segurança disponíveis nas instalações e necessários à protecção dos trabalhadores.

PLANO DE INVESTIMENTOS

O Plano de Investimentos previa para o ano de 2010 a execução de diversos projectos e acções cujo valor inicial definido era de 754.444,00€ e a definir de 392.060,00€, uma vez que à data da elaboração do Orçamento de 2010 não se encontravam celebrados os Protocolos de Delegação de Competências com a CML, processo este que decorreu durante todo o primeiro semestre de 2010.

Após as quatro alterações e as duas revisões que o referido Plano sofreu ao longo do ano económico em apreço, resultou um desvio para mais de 68,75% em relação ao valor inicial definido, mas igualmente um desvio para mais de 11,04% em relação ao valor total inicial (definido e a definir), o que significa que os Protocolos, Programas e Acordos celebrados corresponderam às expectativas iniciais e até as ultrapassaram. O valor final do PPI ficou fixado em 1.273.089,93€.

O nível de execução real conseguido, atingiu o montante de 441.538,13€, correspondente a uma execução do plano de investimentos de 34,68%% em relação ao seu valor final.

OBJECT.	DESCRIÇÃO	PPI. INICIAL	PPI - FINAL	EXECUTADO
01.01	GESTÃO GLOBAL	238.504,00	401.504,00	241.701,66
02.01	EDUCAÇÃO	25.000,00	10.000,00	3.150,00
02.02	SAÚDE	20.000,00	20.000,00	19.019,23
02.03	ACÇÃO SOCIAL	50.000,00	396.260,00	443,90
02.04.07	AMBIENTE	170.000,00	121.000,00	18.609,80
02.04.08	ESPAÇO PÚBLICO	52.000,00	99.550,00	55.252,74
02.05.01	CULTURA	37.500,00	97.600,00	91.283,03
02.05.02	DESPORTO E JUVENT.	161.440,00	127.175,93	12.077,77
	TOTAIS	754.444,00	1.273.089,93	441.538,13

O maior grau de execução em matéria de investimentos, pertence à área de saúde com 95,10% e está associada ao Centro Clínico da Junta de Freguesia de Benfica, que veio a beneficiar de diversas melhorias, quer nas suas instalações que foram totalmente renovadas, quer ao nível dos Equipamentos de Estomatologia e Equipamento de Tratamento do Ar Ambiente dos Gabinetes, com vista à obtenção do licenciamento daquele espaço junto da Entidade Reguladora de Saúde.

Também com um nível elevado de Investimentos surge o Pelouro da Cultura com 93,53% de investimentos, que resultaram da necessidade de introduzir diversas melhoramentos nas instalações do Auditório, na sequência de uma Inspeção do IGAC, que se traduziram na criação de espaços para deficientes, novos sanitários, colocação de sistema de detecção de

incêndio e sinalização de emergência, instalação de passadiços de acessos à teia e reforço estrutural da cobertura da sala e ainda a aquisição de novos Dimmers.

Com um nível de investimentos de 60,20% surgem depois os projectos ligados à Administração Geral e à melhoria das condições internas de funcionamento dos serviços. Nesta área a execução respeita a três aspectos de natureza distinta, o primeiro ligado à conclusão das obras de substituição integral do telhado do Edifício da Junta, o segundo à renovação e reforço dos equipamentos de rede informática dos serviços da JFB, incluindo unidade servidora, alimentação autónoma, backups, antivírus e respectivas licenças e por último, mas com menor expressão, a algum mobiliário destinado a um melhor aproveitamento dos espaços de diversos Gabinetes.

Os projectos do Pelouro do Espaço Público apresentam um nível de execução de 55,50%, grau de execução que é de realçar, tendo em consideração que a maior parte dos Protocolos afectos a esta área apenas tiveram a sua implementação no segundo semestre de 2010, designadamente no que respeita à sinalização vertical e horizontal bem como colocação de pilaretes e calçadas.

Relativamente aos investimentos do Pelouro da Educação a execução foi de 31,50%; para o Pelouro do Ambiente de 15,38%; para o Desporto e Juventude de 9,50% e para a Acção Social de 0,11%.

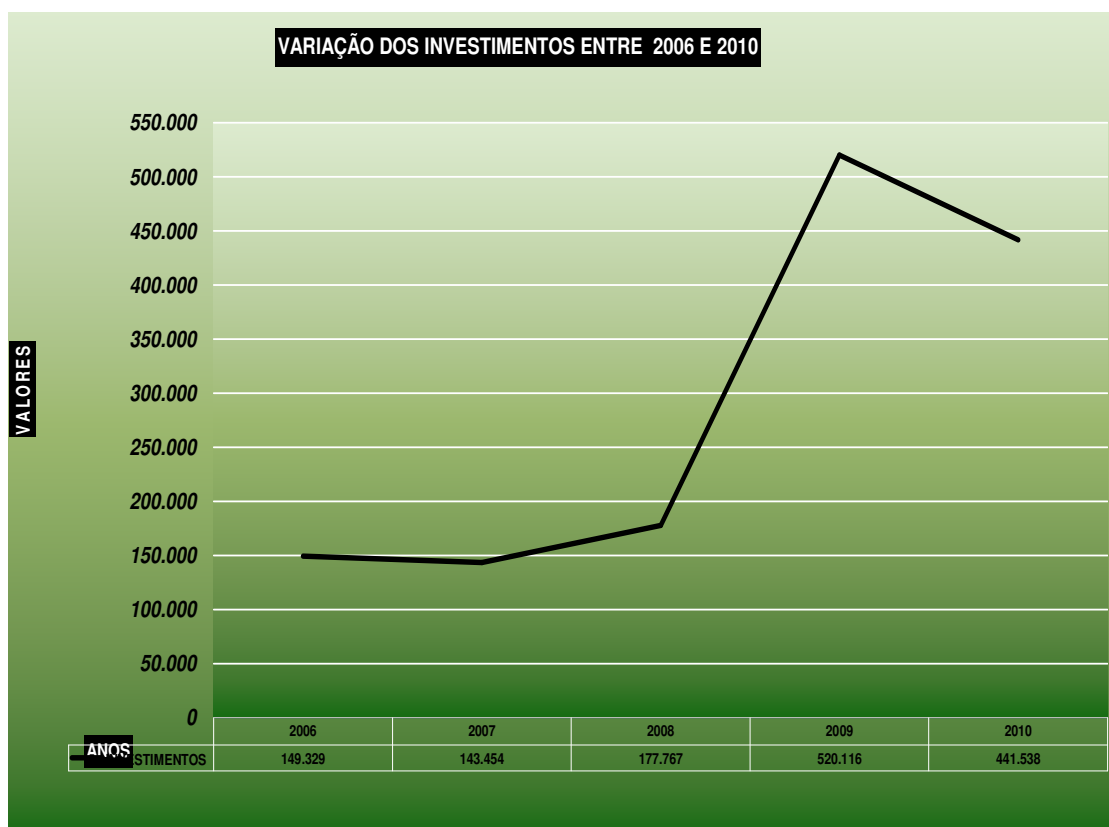
Naturalmente o Pelouro da Educação não tem como função principal efectuar investimentos, dado que para o fazer carece sempre de autorização da CML através de adenda ao Protocolo de Delegação de Competências, que apenas contempla a manutenção correntes das Escolas e Jardins de Infância da rede pública.

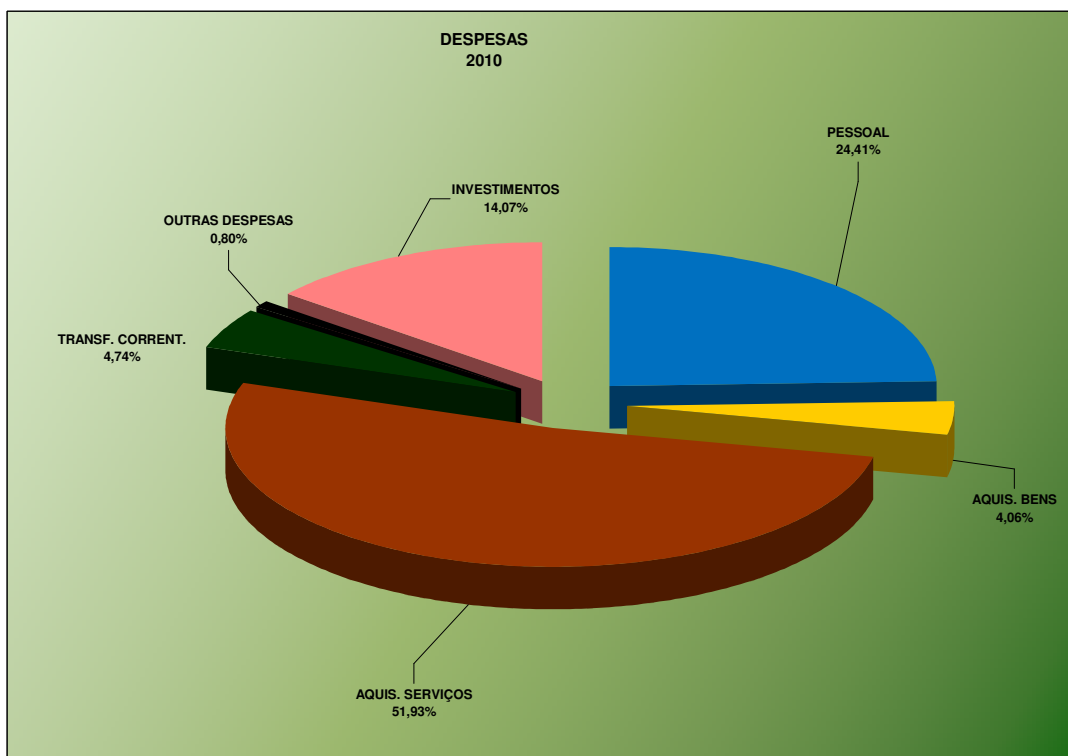
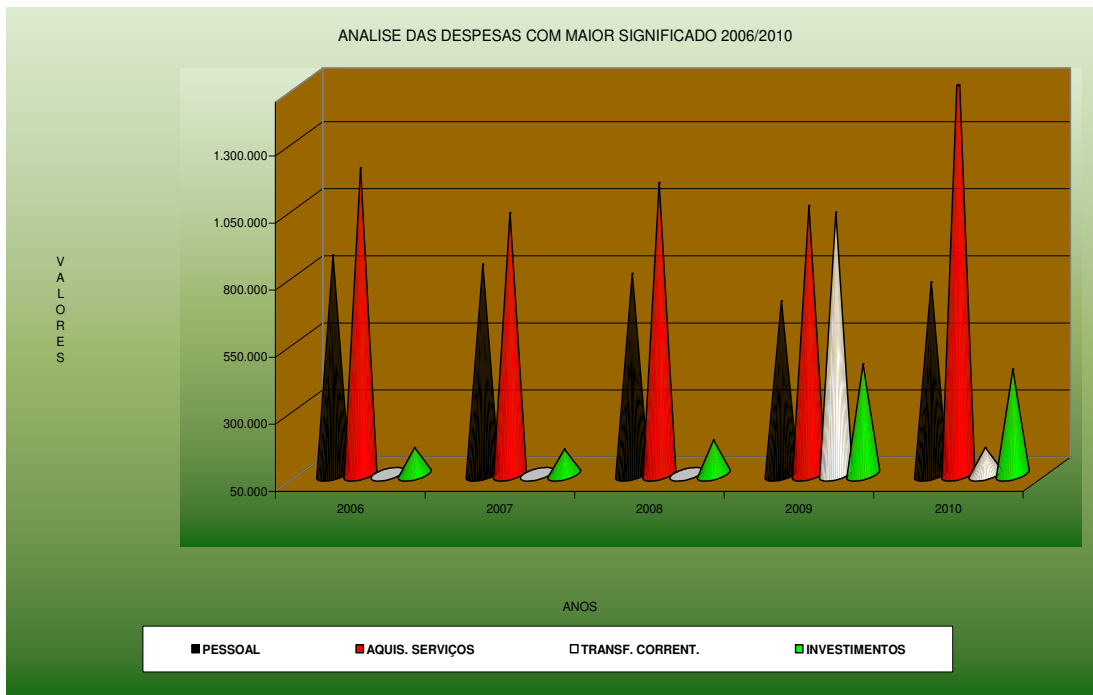
No que respeita ao Pelouro do Ambiente encontravam-se adjudicados em 31-12-2010, um conjunto de empreitadas de instalação de redes de rega e trabalhos de recuperação de zonas verdes, que apenas terão a sua conclusão no ano 2011, ficando por isso afectado o grau de execução do exercício em apreciação. Quanto ao Pelouro do Desporto e Juventude, a dotação prevista no PPI visava o início de trabalhos quer o nível da cobertura do ringue, quer no Ginásio, mas que se encontram ainda em fase de elaboração de peças técnicas de engenharia. Sobre o Pelouro da Acção Social encontrava-se previsto em PPI uma verba considerável destinada ao apoio à construção do Lar da Terceira Idade e Creche, projecto que devido à sua envergadura e envolvendo várias Entidades, não avançou ainda em 2010 para uma fase de execução.

O gráfico de análise aos investimentos nos últimos cinco anos, que adiante mostramos revela uma inversão da tendência crescente que o montante dos investimentos vinha revelando a partir de 2007, ainda assim, o valor dos investimentos de 2010 foi inferior em apenas 15,10% relativamente ao ano de 2009, mas mantem-se bastante acima dos valores dos investimentos dos anos anteriores, pelo que, estando muitos dos investimentos dependentes de Protocolos que no ano 2010 foram celebrados apenas no mês de Junho, podemos concluir que não se verificando já este constrangimento para os anos seguintes, o montante dos investimentos recuperará valores acima dos dois últimos exercícios.

O montante total da receita arrecadada no ano de 2010 foi de 2.875.815,41€, pelo que o montante de investimentos efectuados no ano em apreciação corresponde a 15,35% do total da receita e representa, em termos absolutos, uma redução de 2,6% nos investimentos em relação à mesma percentagem do ano anterior. No entanto convém referir que também o montante das receitas arrecadadas é inferior em cerca de 22.000,00€ em relação ao ano transacto, o que representa apenas uma variação de -0,76%, mantendo-se mesmo assim, acima dos valores de 2008.

As verbas destinadas a investimentos sofreram o efeito de descompressão resultante do aumento do montante global das despesas em 11,42%, como adiante poderá ser demonstrado pela análise das despesas. Por isso o peso dos investimentos no cômputo geral das despesas é de 14,07%, percentagem que se encontra 4,40% abaixo do mesmo indicador do ano transacto.





EXECUÇÃO DE ACTIVIDADES

No âmbito do Plano de Actividades a Junta continuou a dar execução aos diversos projectos e acções que vem desenvolvendo ao longo do tempo, bem como a outros resultantes de obrigações decorrentes do Protocolo celebrado ou de opções constantes do PPA de cada uma das áreas, visando em todos eles que o número de participantes e o leque de utentes abrangidos seja sempre crescente.

Foi igualmente implementado um vasto leque de novas iniciativas, quer da responsabilidade da Junta, quer resultantes de Protocolos ou Parcerias com outros Organismos e Entidades, que muito contribuíram para que se fizesse sentir a contribuição da Autarquia de uma maneira proactiva junto da comunidade.

De entre estes destacam-se, designadamente na Educação, o apoio às Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, graças ao Contrato-Programa celebrado com a Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo; na Acção Social, a criação, promoção e implementação do Plano Integrado de Apoio à Família, com variadíssimas valências, como a identificação, triagem e encaminhamento de situações de carência social de vária ordem, diagnóstico de necessidades da população, para elaboração de planos de melhoria da qualidade de vida em geral, promoção de iniciativas para a população sénior na área do envelhecimento activo e saudável, entre muitos outros. Também no âmbito deste Pelouro foi celebrado um Acordo de Cooperação com a Gebalis, destinado a efectuar uma recolha de testemunhos e imagens destinadas ao projecto intitulado “História do Bairro”; na Cultura foram realizadas entre outras iniciativas o “Festival de Jazz”, “Festival Junta-te à Cultura”, e diversos Concertos como a “Temporada de Outono” e “Concertos de Natal”.

A execução anual das actividades (PPA) atingiu o montante de 1.669.935,90€, correspondente a 53,21% de todos os compromissos assumidos e pagos no ano de 2010 e em termos absolutos o montante gasto nos projectos é 45,23% superior ao do ano transacto. A execução do Plano de Actividades teve a seguinte distribuição:

AREAS	DESCRIÇÃO	PLANEADO	EXECUTADO	% TOTAL
01.01.02	Gestão Global	189.350,00	133.065,84	7,97%
02.01	Educação	573.100,00	294.119,59	17,61%
02.02.01	Saúde	356.153,00	325.030,64	19,46%
02.03	Acção Social	631.295,00	180.388,26	10,80%
02.04.07	Ambiente	385.500,00	364.470,35	21,83%
02.04.08	Espaço Público	30.800,00	41.657,34	2,50%
02.05.01	Cultura	207.200,00	181.206,36	10,85%
02.05.02	Desporto e Juventude	130.122,00	149.997,52	8,98%
	TOTAIS	2.503.520,00	1.669.935,90	100%

O Plano das Actividades mais relevante apresenta um grau de execução global de 66,70%. Quanto aos níveis de execução de cada uma das áreas, os valores apresentados situam-se quase na sua totalidade acima dos 50%, o que são bons indicadores da actividade realizada, na medida em que houve uma maior preocupação na imputação dos encargos a afectar a cada um dos projectos e acções.

Na área do Espaço Público os níveis de execução ultrapassaram o valor previsto no Plano de Acções (+35%) graças à incorporação naquele Pelouro de novas competências delegadas e á realização das despesas por elas originadas, que, por serem de natureza mais corrente não tinham a sua expressão no plano. Também o Pelouro do Desporto e Juventude que vem mantendo grande constância na realização das suas iniciativas em cada ano, viu os seus níveis de execução ultrapassarem os valores previsto em plano (+15%).

O Pelouro do Ambiente cuja acção se desenvolve fundamentalmente no âmbito das actividades correntes apresenta um nível de execução de 94,54%;

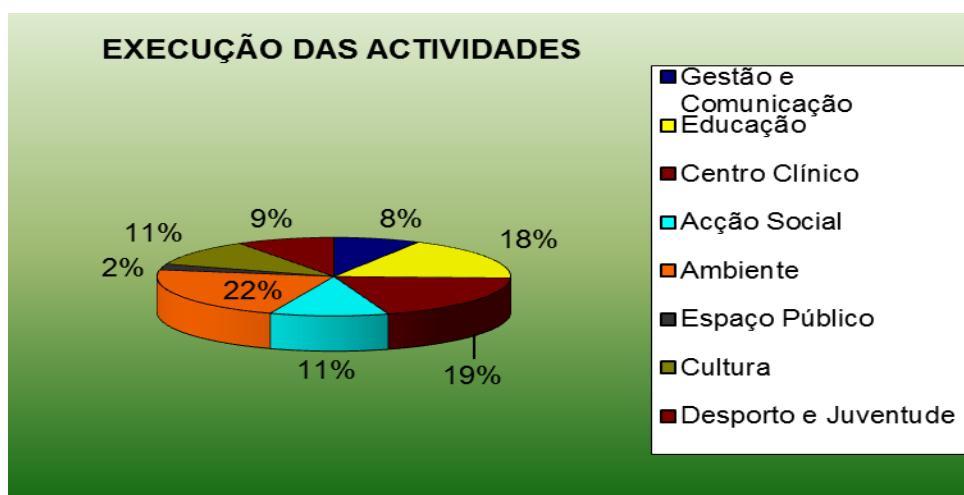
O Centro Clínico vem revelando grande estabilidade nos valores apresentados e a sua execução foi de 91,26%;

O Pelouro da Cultura que em 2010 afectou grande parte dos seus recursos orçamentais aos investimentos no Auditório, mas ainda assim apresenta bons níveis de execução com 87,45%;

O Pelouro da Educação tinha, previsto em plano para 2010, algumas verbas relacionadas com o Contrato Programa, que já não se concretizaram naquele ano, por desfasamento entre o ano económico e o ano escolar, daí que o seu nível de execução se tenha fixado em 51,32%;

Por ultimo a Acção Social tinha previsto em plano de acções, tal como sucedia com os investimentos, uma parte significativa das suas verbas para afectar por de transferência corrente à concretização de projectos de investimento a executar por terceiras Entidades, que não se concretizaram, daí o seu nível de execução representar apenas 28,57%, embora todas as restantes iniciativas se tenham concretizado satisfatoriamente.

Na área da Gestão Global as actividades têm uma expressão diminuta face aos investimentos. Contudo na parte que àquelas respeita, o nível de execução das acções e projectos foi de 70,28%.



No que respeita à sustentabilidade de cada uma das actividades, bem como ao peso que em cada uma delas têm as receitas próprias, o financiamento externo e o contributo do orçamento da Junta, mostramos a seguir o Mapa descritivo:

A execução anual das actividades (PPI + PPA) atingiu o montante de 2.111.474,03€, correspondente a 67,28% de todos os compromissos assumidos e pagos no ano de 2010 e em termos absolutos o montante gasto nos projectos é 27,58% superior ao do ano transacto. A execução do Plano de Actividades teve a seguinte distribuição:

(PPI + PPA)

AREAS	DESCRIÇÃO	FIN.EXTERNO	RECEITAS PROJ.	ORÇAMENTO
01.01.02	Gestão Global	2%	98%	0%
02.01	Educação	36%	17%	47%
02.02.01	Saúde	0%	93%	7%
02.03.02	Acção Social	49%	2%	49%
02.04.07	Ambiente	99%	0%	1%
02.04.08	Espaço Público	86%	0%	14%
02.05.01	Cultura	20%	5%	75%
02.05.02	Desporto e Juventude	59%	5%	36%

Globalmente a percentagem de financiamento externo das Actividades de 2008 correspondeu a 39% do valor executado, valor que é 6% abaixo da percentagem do financiamento externo de 2009. No entanto tal facto não significa uma diminuição do contributo externo, mas apenas a diminuição da sua importância face aos valores totais do plano de acções e investimentos. Por outro lado as receitas próprias relativas aos projectos e acções representaram 36% de financiamento das mesmas, ficando os restantes 25% de despesas das diversas actividades a cargo das verbas orçamentais.

O valor da execução global das actividades desenvolvidas em 2010 corresponde a um aumento de 27,58% (456.421,22€) em relação ao ano de 2009.

A percentagem de receitas próprias, geradas pelas actividades, que foi de 36% e atingiu o montante de €760.764,79, tendo apresentado uma diminuição (12,18%) em relação ao ano anterior, pelo que em conjunto com a percentagem do financiamento externo a cobertura das actividades desenvolvidas ainda careceu de 25% em necessidade de recurso a outras receitas orçamentais.

EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

ORÇAMENTOS

Os orçamentos desde 2007 que apresentam um acréscimo de valor em relação aos anos anteriores, resultado da incorporação de valores expressivos dos saldos de gerência e que em 2010 representava 27,56% do total da receita prevista em orçamento inicial.

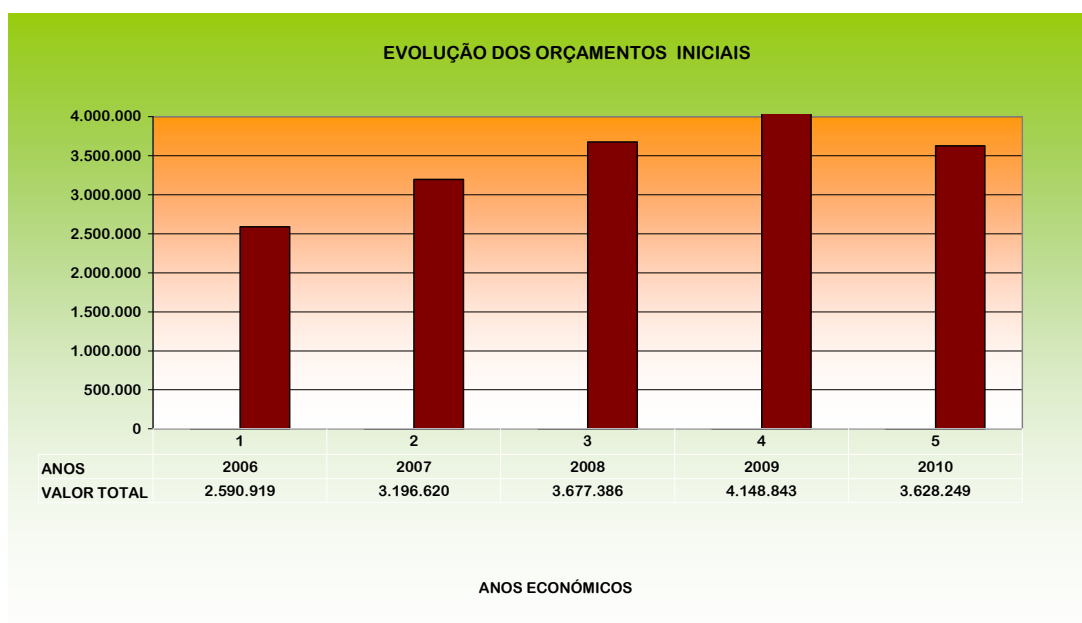
Deste facto resulta que os índices de realização da receita constantes do controlo orçamental da receita, são afectados pelo facto de ali constar um valor de receita que não é executável.

Assim e em termos comparativos, o orçamento de 2009 tinha um montante executável de €2.748.843,00 (excluindo 1.400.000,00 de saldo de gerência), pelo que o grau de execução da receita atingido os 105,42%.

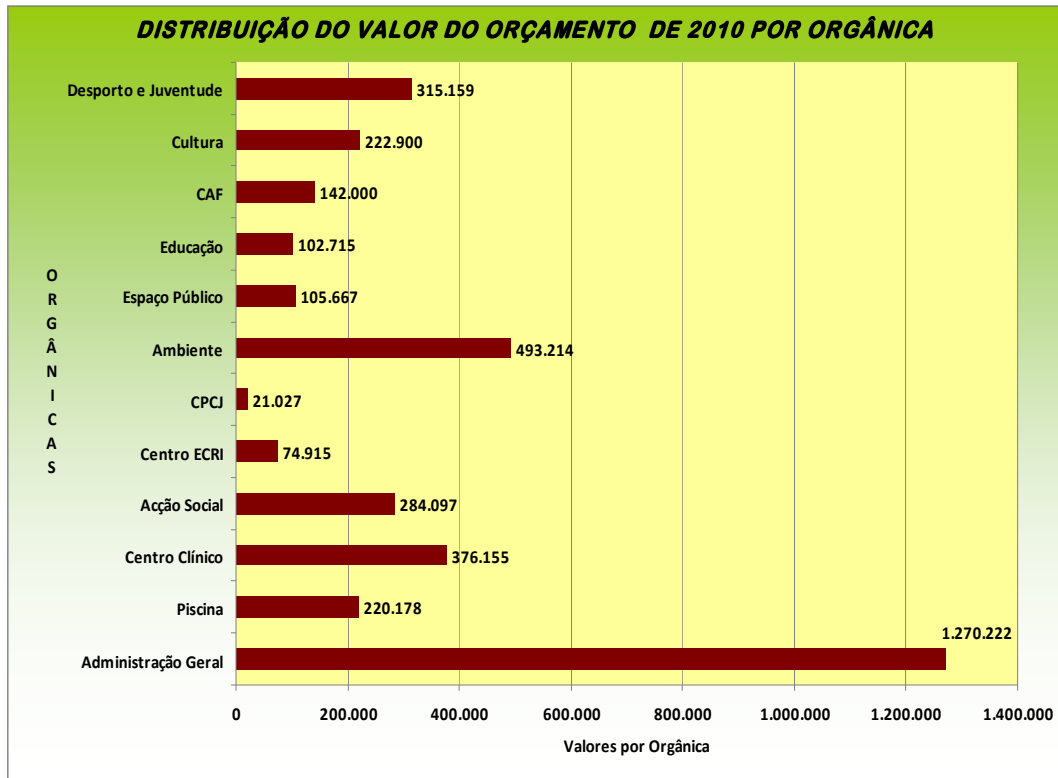
Em 2010, os valores do orçamento inicial da receita com capacidade de realização eram de €2.628.249,00 (excluindo 1.000.000,00 de saldo de gerência), tendo o grau de execução das receitas atingido 109,42%.

Os valores apresentados demonstram que os montantes inscritos no orçamento, devem conter-se dentro da média dos últimos cinco anos, para que mantenham expressão real e uma probabilidade elevada de realização, mesmo em anos menos favoráveis à arrecadação de receitas, como foi o ano de 2010, em que se verificou uma queda de 4,39% em relação a 2009.

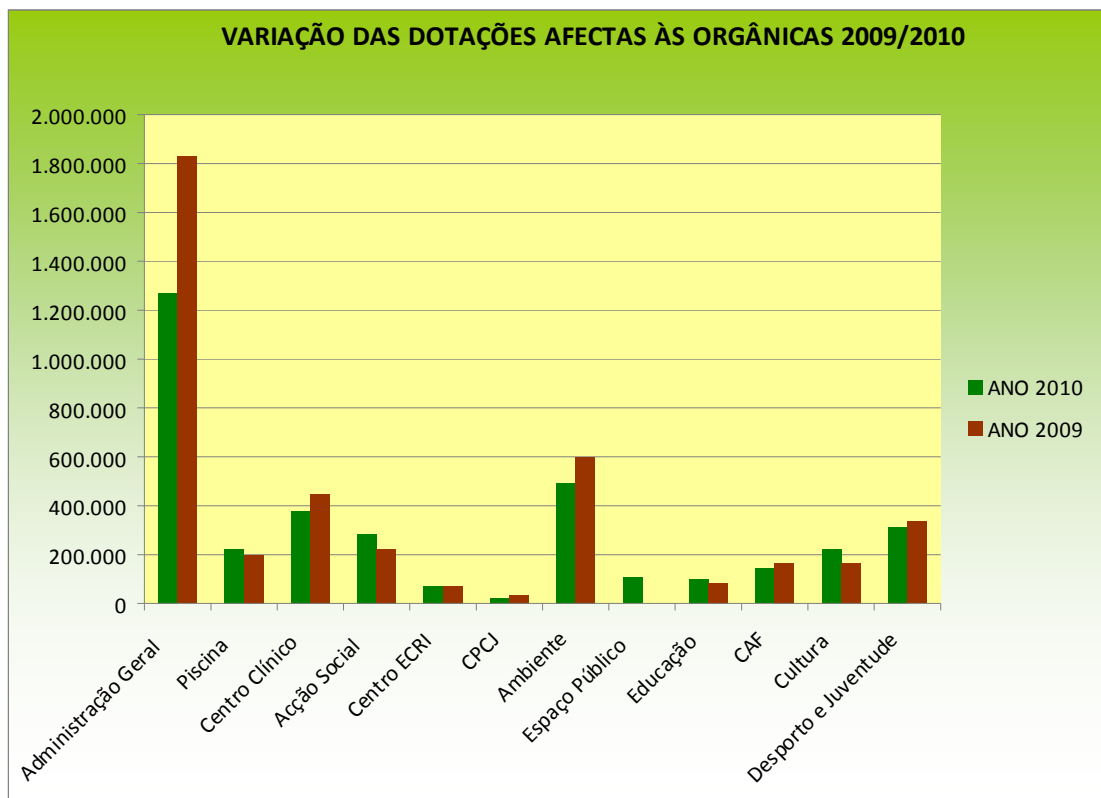
ANOS	2006	2007	2008	2009	2010
VALOR TOTAL	2.590.919	3.196.620	3.677.386	4.148.843	3.628.249



VALORES DE REFERÊNCIA – ORÇAMENTO INICIAL



VALORES DE REFERÊNCIA – ORÇAMENTO CORRIGIDO



RECEITAS

Atingiram 2.875.815,42€, valor que corresponde a 79,26% do orçamento inicial da receita e 56,16% do valor do orçamento final corrigido.

Como atrás ficou referido, este resultado não expressa efectivamente um desvio considerável na receita cobrada, pois a grande maioria das rubricas apresentam bons níveis de execução, com excepção de quatro ou cinco de natureza aleatória e menos expressivas em termos de resultados. Todas as rubricas da receita relativas a transferências do Fundo de Financiamento das Freguesias (99,75%), transferências da DGAL para os Eleitos Locais (138,87%), transferências da CML em reforço ao FFF (100%), transferências relativas aos Protocolos de Delegação de Competências (106,08%) e transferências relativas a projectos Actos Eleitorais (102,82%) apresentam níveis de execução acima dos cem por cento.

Também as receitas dos projectos de Acção Social (138,17%), projectos da Educação (164,44%), bem como o Centro Clínico (102,38%) apresentam níveis relevantes de execução. No exercício de 2010 não houve receitas de Capital nem alienações de património ou outras receitas extraordinárias que as originassem.

ANO	RECEITA PREVISTA		(a) TOTAL	RECEITA REALIZADA		(b) TOTAL	(a-b) DESVIO(*)
	CORRENTE	CAPITAL		CORRENTE	CAPITAL		
2006	2.590,90	0,02	2.590,92	2.717,04	0,00	2.717,04	-126,12
2007	3.189,62	7,00	3.196,62	2.939,15	0,00	2.939,15	257,47
2008	3.672,39	5,00	3.677,39	2.848,22	4,00	2.852,22	825,17
2009	4.147,83	1,01	4.148,84	2.861,93	35,99	2.897,92	1.250,92
2010	3.627,24	1,01	3.628,25	2.875,82	0,00	2.875,82	752,43

(*) Desvios apurados em relação aos Orçamentos Iniciais.-

Os últimos três anos têm apresentado valores de receita arrecada que se caracterizam por uma constância e estabilidade razoáveis, com variações num intervalo entre os 0,7% e os 1,6% mas que em nenhum dos anos foi inferior aos 2.800 mil euros. Os valores do ano 2010 são valores que se situam na média do último triénio.



No que respeita à sua distribuição por natureza e origem, as receitas arrecadadas apresentam as seguintes características e evolução nos últimos cinco anos:

RECEITAS	ANOS				
	2006	2007	2008	2009	2010
CORRENTES					
TAXAS	7.977	10.537	12.123	14.830	13.882
JUROS	6.883	29.171	44.177	74.798	10.773
TRANF.FFF/CML/OT.	1.845.331	1.995.322	1.972.010	1.931.473	2.066.845
VENDA BENS UTIL.	75.480	94.795	89.906	90.185	91.666
VENDA SERVIÇOS	748.515	764.364	687.429	703.928	654.824
OUTRAS RECEITAS	32.853	44.959	42.575	46.706	37.825
CAPITAL					
VENDA BENS PATR.	0	0	4.000	35.998	0
TRANSF. CAPITAL	0	0	0	0	0
OUTRAS REC.CAP.	0	0	0	0	0
TOTAL	2.717.039	2.939.148	2.852.220	2.897.918	2.875.815

As receitas resultantes de transferências correntes viram aumentadas as suas receitas em 7,01% e as receitas das actividades próprias ligadas à Educação e Acção Social também apresentam um acréscimo de 1,64%, as restantes receitas apresentam valores inferiores aos do ano transacto, sendo a menor variação a verificada nas taxas (-6,39%) e a redução mais significativa a ocorrida nos juros (-85,6%), que está relacionada com a progressiva redução das taxas que são possíveis obter junto das Instituições Bancárias. Também a redução verificada na venda de serviços, onde se incluem as receitas da piscina, centro clínico e ringue, ginásio e auditório, não expressa a natureza real das diminuições uma vez que o grau de realização do Centro Clínico foi de 102,38% e o da Piscina de 95,05%. Em contrapartida o nível de receita do Auditório foi de 68,28% e não se verificou qualquer execução nas instalações do ringue ou do ginásio.

DESPESAS

O total das despesas assumidas e pagas cifraram-se em 3.138 milhares € no ano 2010, valor que corresponde a 86,50% do orçamento inicial e a 61,28% do orçamento corrigido representa um aumento de 11,42% no montante das despesas relativamente ao ano de 2009.

É ainda de considerar o montante de €60.710,95, correspondente a compromissos assumidos e não pagos, transitados para a gerência de 2011, relativos aos saldos das contas de fornecedores c/c (221) e fornecedores de imobilizado (2611) do Balancete Geral.

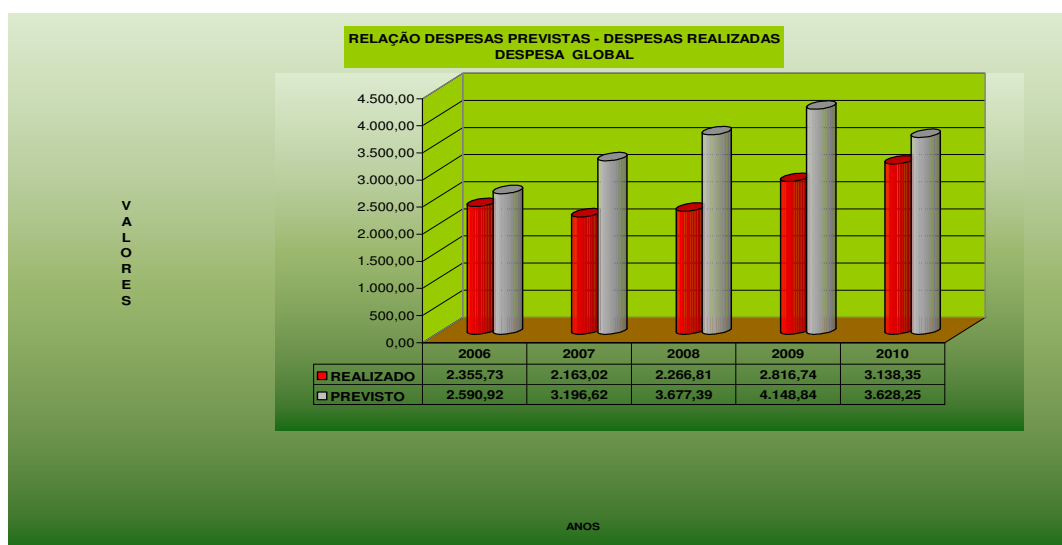
ANO	DESPESA PREVISTA		(a) TOTAL	DESPESA REALIZADA		(b) TOTAL	(a-b) (*) DIFERENÇA
	CORRENTE	CAPITAL		CORRENTE	CAPITAL		
2006	2.165,51	425,41	2.590,92	2.206,40	149,33	2.355,73	235,19
2007	2.370,72	825,90	3.196,62	2.019,57	143,45	2.163,02	1.033,60
2008	2.352,29	1.325,10	3.677,39	2.089,04	177,77	2.266,81	1.410,58
2009	2.587,56	1.561,28	4.148,84	2.296,62	520,12	2.816,74	1.332,10
2010	2.873,81	754,44	3.628,25	2.696,81	441,54	3.138,35	489,90

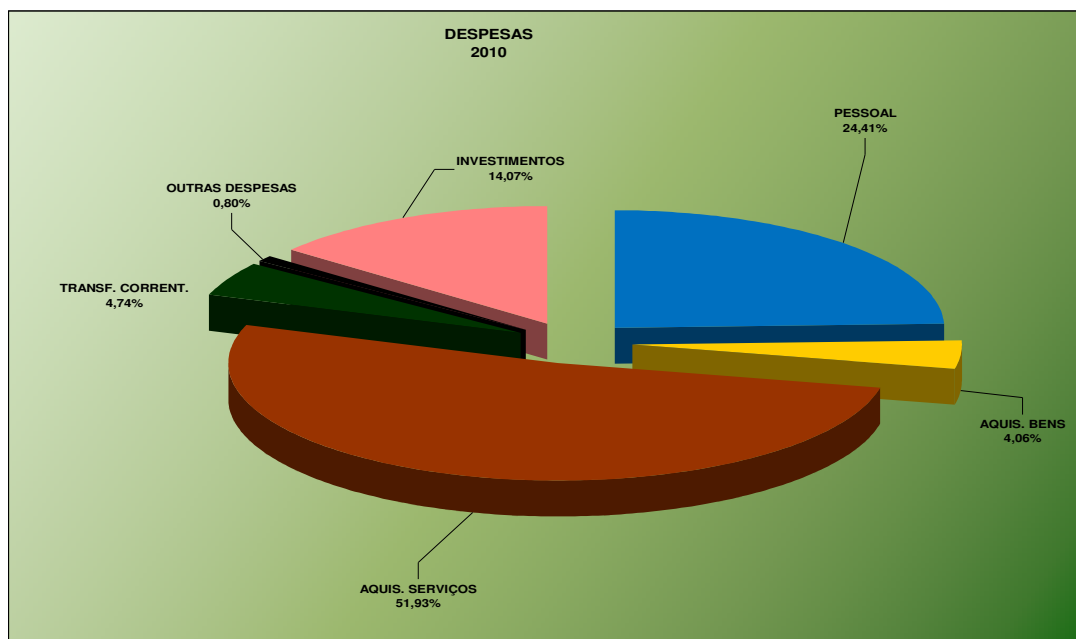
(*) Desvios apurados em relação aos Orçamentos Iniciais

A despesa realizada corresponde a um acréscimo global de 11,42% relativamente ao exercício económico anterior e como se pode verificar no gráfico de “Análise das Despesas com Maior Significados 2006-2010”, as despesas não apresentam grandes variações em relação ao ano anterior, excepto no que respeita às aquisições de serviços, que por representarem um valor relevante, foram consideravelmente afectadas pelas alterações da taxa do IVA, situação que também se verificará nos anos subsequentes.

Quando falamos de aquisição de serviços estamos a referir-nos a todos os serviços contratados desde a manutenção dos espaços verdes, manutenção da piscina, do centro clínico e a todas as assistências técnicas a maquinaria e equipamento.

Falamos igualmente dos fornecimentos de água, electricidade, gás e comunicações, cujos contratos foram renegociados durante o ano de 2010, dada a preocupação com o nível de encargos que originavam.





DESPESAS CORRENTES

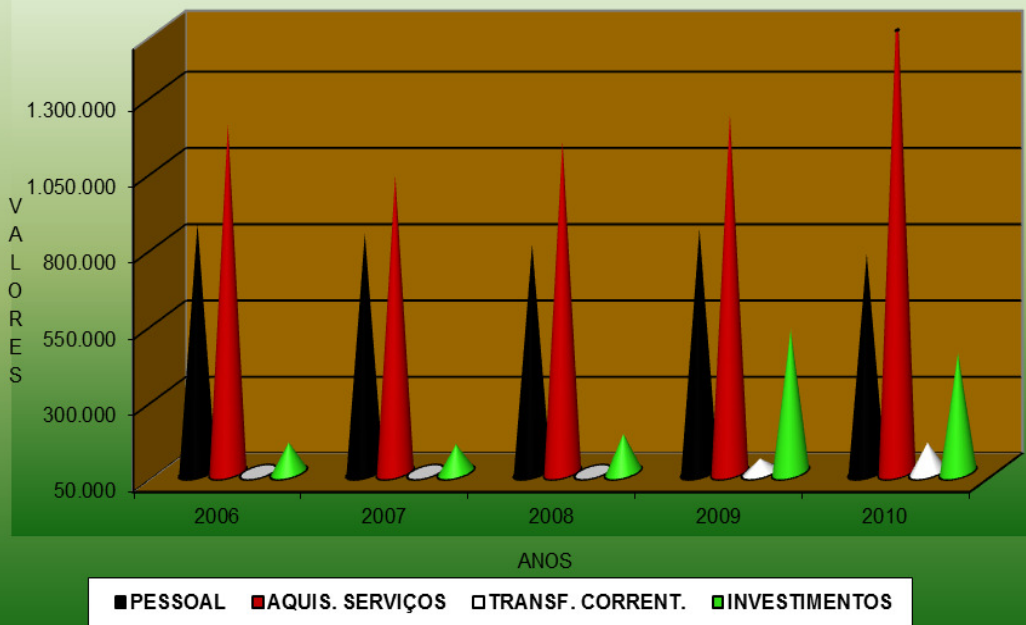
Estas totalizaram em 2010, 2.696,82 milhares €, o que corresponde a 85,93% das despesas totais assumidas e pagas pela autarquia e representam um aumento de 17,43% em relação ao ano de 2009.

DESPESAS	ANOS				
	2006	2007	2008	2009	2010
CORRENTES					
PESSOAL	866.884	833.403	798.153	847.268	765.950
AQUIS. DE BENS	124.081	140.582	101.415	123.212	127.545
AQUIS. SERVIÇOS	1.192.374	1.024.600	1.136.554	1.222.843	1.629.608
TRANSF. CORRENT.	9.382	10.575	47.278	96.391	148.698
OUTRAS DESPESAS	13.678	10.406	5.644	6.907	25.014
CAPITAL					
INVESTIMENTOS	149.329	143.454	177.767	520.116	441.538
TOTAL	2.355.728	2.163.020	2.266.811	2.816.767	3.138.353

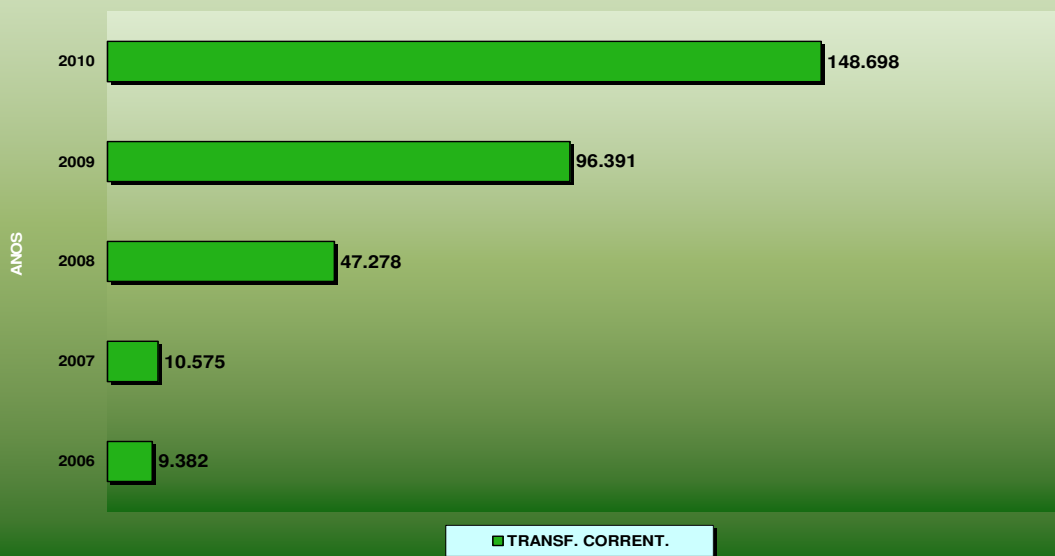
Como atrás já ficou referido o capítulo da despesa que apresentaram valores consideravelmente superiores aos do ano anterior, são as Aquisições de Serviços, com os fundamentos já referidos.

As restantes variações quer para mais (Aquisições de Bens e Transferências Correntes); quer para menos (Despesas com Pessoal e Investimentos) apresentam valores bastante regulares quando comparados com exercícios anteriores, pelo que apenas estão associadas às opções de gestão que em cada ano vão sendo tomadas.

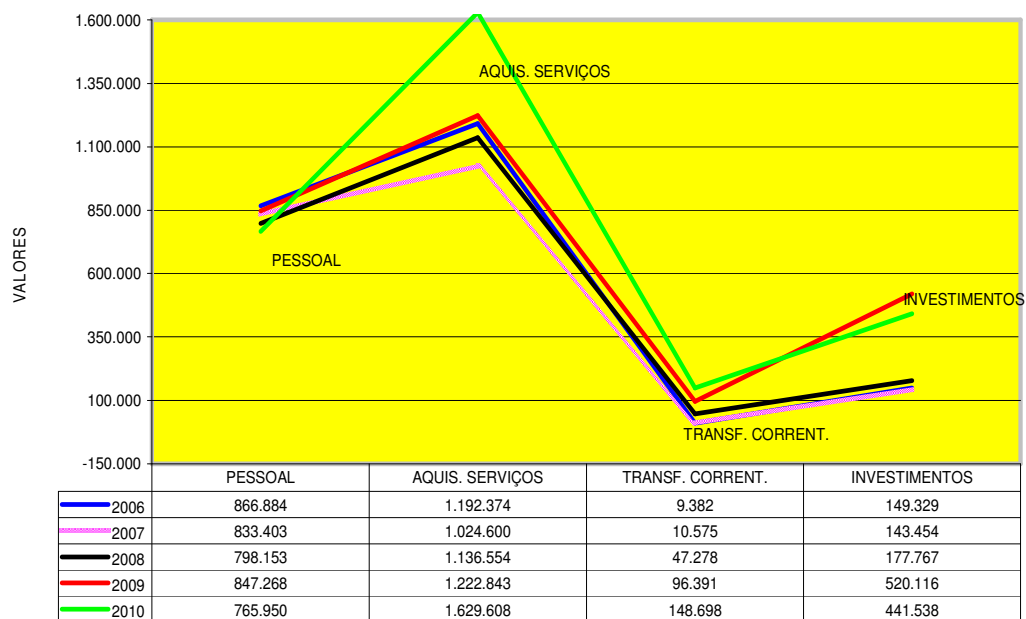
ANALISE DAS DESPESAS COM MAIOR SIGNIFICADO 2006/2010



APOIO A COLECTIVIDADES E INSTITUIÇÕES ENTRE 2006 E 2010



VARIAÇÃO DAS DESPESAS DE MAIOR EXPRESSÃO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS



NATUREZA DAS DESPESAS

DESPESAS DE CAPITAL

As despesas de Capital totalizaram a quantia de 441.538€ montante que perfaz 14,07% das despesas totais assumidas e pagas pela autarquia e representa um decréscimo de 15,11% relativamente ao valor dos investimentos do ano anterior. No entanto para além de não ser uma redução expressiva, em 31-12-20110 encontravam-se em curso investimentos que a serem concluídos no ano em apreço colocariam esta verba seguramente acima da do ano anterior. Falamos, designadamente de investimentos em curso relativos a obras e equipamentos, no Auditório, no Ambiente e no Espaço Público.

ANÁLISE DAS DESPESAS POR ORGÂNICA

A execução das diversas orgânicas da despesa apresenta-se descrita no mapa seguinte:

ORÇAMENTO FINAL CORRIGIDO

ORGANICA	ORÇAMENTADO	EXECUTADO	DESVIO	% EXECUÇÃO
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.351.522,00	1.177.931,64	173.590,36	87%
PISCINA	360.528,00	246.387,70	114.140,30	68%
CENTRO CLINICO	376.155,00	344.049,87	32.105,13	92%
ACÇÃO SOCIAL	1.062.557,00	226.243,32	836.313,68	21%
CENTRO ECRI	59.915,00	52.227,68	7.687,32	87%
COMISSÃO P. CRIANÇAS E JOVENS	10.727,00	9.714,51	1.012,49	91%
AMBIENTE	563.714,00	334.636,56	229.077,44	59%
ESPAÇO PUBLICO	137.917,00	84.594,85	53.322,15	61%
EDUCAÇÃO	452.715,00	181.125,72	271.589,28	40%
COMPONENTE DE APOIO A FAMILIA	142.000,00	129.546,44	12.453,56	91%
CULTURA	312.400,00	280.042,93	32.357,07	90%
DESPORTO E JUVENTUDE	290.894,93	71.852,20	219.042,73	25%
TOTAIS	5.121.044,93	3.138.353,42	1.982.681,51	61%



Na apreciação da execução da despesa por orgânicas, convém referir alguns aspectos de entre os quais se realçam as elevadas taxas de execução, na sua quase totalidade acima dos 50%, com excepção dos Pelouros cujos Orçamentos Orgânicos e respectivos Planos de Investimentos e/ou Acções, tinham previsões de despesa afectos à concretização de investimentos ou projectos cuja arranque não se concretizou no ano 2010, ou iniciou-se numa fase já avançada pelo que não foram atingidos os níveis de despesa previstos. São concretamente os casos das orgânicas: Acção Social com uma fatia considerável do seu orçamento afecto a verbas destinadas a apoio ao Projecto do Lar e Creche, a Educação com a celebração do Contrato-Programa com a DRELVT, implementado apenas em Setembro e o Desporto e Juventude cujo orçamento previa o início de trabalhos nos espaços desportivos, e que no final do ano encontravam em elaboração de projecto.

Fundamentalmente, as maiores variações da execução verificam-se nas áreas que concentram as previsões de investimento mais significativos, ou despesas correntes de maior significado financeiro.

PISCINA

Pela importância de que se reveste para os utentes e para a actividade da Junta de Freguesia de Benfica o funcionamento da piscina cada vez mais é objecto de um acompanhamento próximo.

O alargamento dos horários e o facto de a Junta estar a administrar directamente a utilização da mesma, levou a um esforço organizativo e à implementação de sistemas de informatização e controlo de acessos.

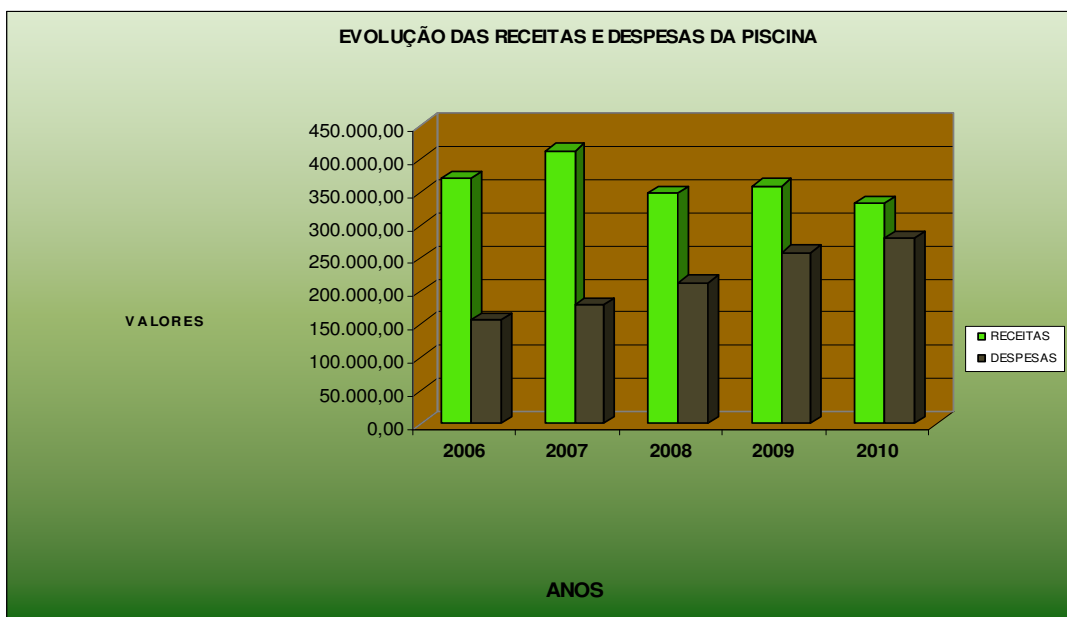
O gráfico analítico das receitas e despesas dos últimos cinco anos expressa as variações a que a mesma tem respondido e representa muito das variações sentidas pela gestão daquele espaço colectivo.

Tratando-se 2010 de um ano de reorganização do funcionamento daquele espaço de utilização colectiva, é natural que as receitas não tenham ainda apresentado a sua melhor expressão, embora o nível de concretização das mesmas tenha atingido os 95,05% é possível recuperar os valores previstos acima dos 350 mil euros ano.

Por outro lado o nível dos encargos tem vindo a aumentar progressivamente, em consequência de factores internos como são os encargos com os professores de natação, hidroginástica, hidroterapia e nadador salvador, bem como factores externos como o custo dos combustíveis e o efeito dos impostos nos custos de manutenção técnica.

Apesar dos aspectos apontados o funcionamento da piscina continua a apresentar um bom nível de sustentabilidade.

ANO	2006	2007	2008	2009	2010
RECEITAS	371.454,31	413.003,37	348.820,47	359.903,99	332.671,98
DESPESAS	156.522,75	179.123,57	213.610,14	259.163,04	280.262,13



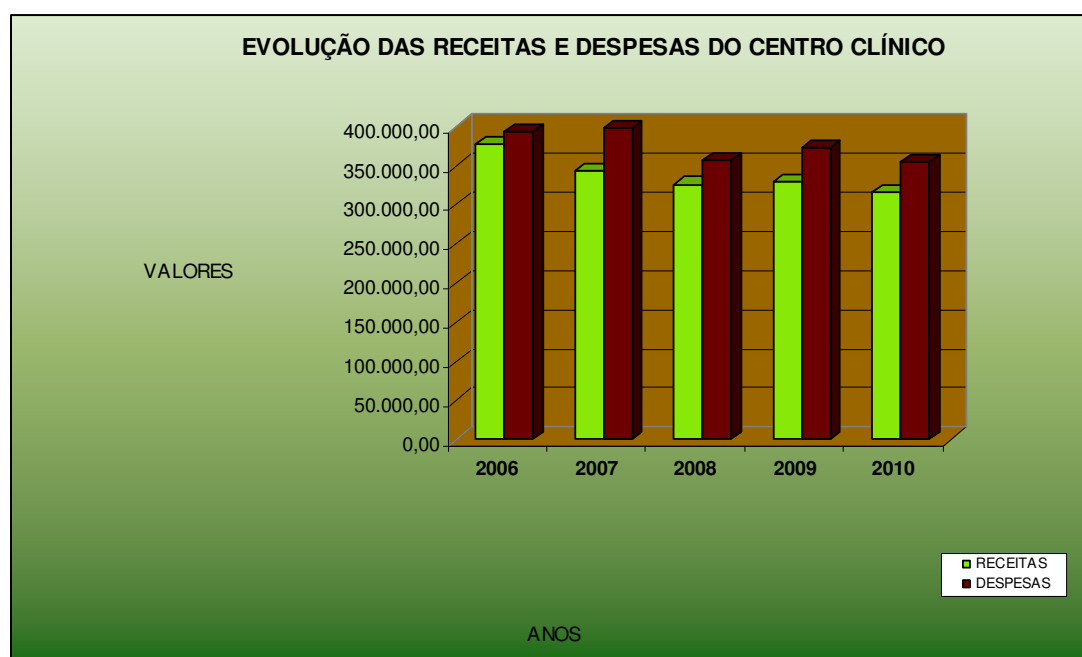
CENTRO CLÍNICO

O Centro Clínico vem sendo objecto de estudo há algum tempo, quer quanto ao seu funcionamento quer quanto ao enquadramento económico-financeiro das receitas geradas e dos encargos a suportar. Esta receita que atingiu em 2010 o montante bruto de 320.972,96€ (incluindo edência ao IDT), e ultrapassou as previsões de receita em 2,38%, correspondendo o valor realizado a 11,14% do total das receitas geradas pela actividade da Junta.

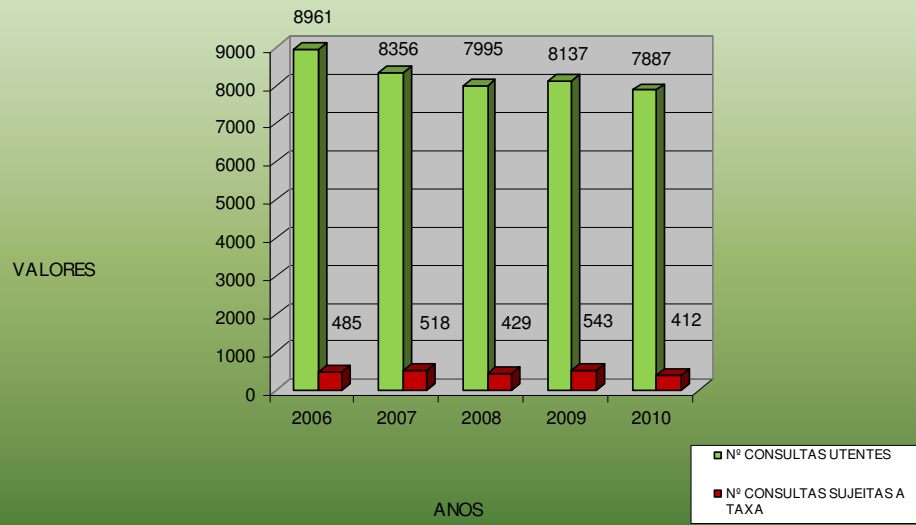
ANO	2006	2007	2008	2009	2010
RECEITAS	378.377,72	343.265,43	327.069,21	331.070,94	317.372,96
DESPESAS	394.623,41	399.517,34	357.079,41	358.611,48	344.049,87

Nos últimos cinco anos o Centro Clínico viu o valor da sua receita cair 16%, enquanto as despesas beneficiaram de uma redução de 13%, pelo que o funcionamento continua a ser financiado pelo orçamento da Junta em cerca de 7%, valor este que se mantém há já dois anos, mas que em 2004 era de quase 14%.

Quanto aos utilizadores do Centro Clínico, o seu número nos cinco anos em apreciação diminuiu em 1.074 na parte que respeita às consultas e actos médicos, quanto aos utilizadores dos serviços de enfermagem o seu número tem vindo a diminuir de importância, face a outras ofertas.



EVOLUÇÃO DE UTENTES DO CENTRO CLÍNICO



SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

BALANÇO SIMPLIFICADO

- Os dados analíticos que se seguem têm como função inferir sobre aos elementos fornecidos pelo Balanço e pela Demonstração de Resultados e através de rácios obter indicadores sobre a utilização dos recursos financeiros e sobre os meios indispensáveis a um funcionamento sustentado. Estando este tipo de análise mais adaptado às empresas do que aos serviços, foram apenas utilizados os parametros mais adaptados a uma entidade cujo primeiro objectivo é a satisfação de necessidades e não o lucro.
- Verificou-se o maior aumento dos valores do activo imobilizado dos últimos três anos com uma variação de + 17,20% em relação ao exercício anterior. Esta situação reflecte fundamentalmente os investimentos efectuados e a ausência de abates significativos ou alienações de património que influenciassessem o imobilizado.
- Os RLE evidenciam uma diminuição acentuada de 1,22% em relação aos resultados do ano anterior em resultado de uma relação desfavorável entre direitos e obrigações, ou mais propriamente entre activo circulante e passivo circulante.
- Os valores do Passivo mostram uma tendência crescente de 9,7% que contraria os últimos anos. Aumentaram as obrigações com cauções e garantias de terceiros em nosso poder e aumentaram os encargos com fornecedores de imobilizado. Verifica-se ainda um aumento dos acréscimos e diferimentos relacionados com o pagamento das férias e subsídios de 2010, cujo encargo será suportado pelo exercício de 2011, valor que tem vindo a crescer nos três últimos anos.
- Os valores de Acréscimos e Diferimentos do Activo apresentam valores mais significativos que os do ano anterior e estão relacionados com os montantes das aplicações existentes no final de cada ano económico, bem como dos juros originados pelas mesmas, cujos prazos de vencimento ocorrerão apenas em 2011.

BALANÇO SIMPLIFICADO			
	2008	2009	2010
ACTIVO			
IMOBILIZADO			
Bens de Domínio Público	9.559,43	7.169,60	4.779,77
Imobilizado Corpóreo	959.275,26	1.053.647,34	1.376.024,22
Imobilizações em Curso		132.728,93	18.101,60
TOTAL IMOBILIZADO	968.834,69	1.193.545,87	1.398.905,59
CIRCULANTE			
Existências	22.176,30	27.822,72	27.556,88
Clientes	16.240,69	0,00	4.830,90
Outros Devedores	8.400,00	8.400,00	12.200,00
DISPONIBILIDADES	1.944.772,67	2.014.122,85	1.756.314,35
TOTAL CIRCULANTE	1.991.589,66	2.050.345,57	1.800.902,13
ACRES.DIFERIMENTOS	40.836,39	7.733,08	13.466,86
TOTAL DO ACTIVO	3.001.260,74	3.251.624,52	3.213.274,58
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Património	1.402.219,68	1.402.219,68	1.402.219,68
Resultado transitado	737.376,00	1.411.736,47	1.659.420,87
RLE	674.360,47	247.684,40	-56.791,16
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	2.813.956,15	3.061.640,55	3.004.849,39
PASSIVO			
Fornecedores c/c	29.197,44	68.453,83	42.115,87
Adiantamentos de Clientes	31.536,55	18.966,40	24.483,87
Fornecedores Imobilizado	23.781,53	5.294,42	18.595,08
Estado e Out.Entes Públicos	10.935,04	11.591,88	11.950,64
Outros Credores	426,59	508,91	298,55
ACRES.DIFERIMENTOS	91.427,44	85.168,53	110.981,18
TOTAL DO PASSIVO	187.304,59	189.983,97	208.425,19
TOTAL F.PRÓPRIOS E PASSIVO	3.001.260,74	3.251.624,52	3.213.274,58

BALANÇO FUNCIONAL

FUNDO DE MANEIO

(Fundos Próprios – Activos Fixos)

Corresponde ao montante necessário para a entidade poder assegurar a sua actividade normal.

O aumento dos valores “Património” originado pela acumulação dos resultados dos últimos exercícios foi superior ao valor dos activos fixos, mantendo-se a situação já anteriormente verificada de uma relação de um para três no final de 2010 entre ambos os valores, situação representativa da cobertura das necessidades de financiamento do ciclo de exploração.

NECESSIDADES DE FUNDO DE MANEIO

(Activo Circulante – Passivo Circulante)

Corresponde à necessidade de financiamento do ciclo de exploração para efectuar o pagamento das despesas correntes

Esta diferença representa o ciclo de exploração, ou seja, a diferença entre as necessidades e os recursos.

Quando os valores deste indicador são negativos, significa que o ciclo de exploração criou excedentes financeiros e que o funcionamento liberta fundos e criando excedentes financeiros que servem de suporte ao financiamento dos activos fixos.

TESOURARIA LÍQUIDA

(Fundo Maneio – Necessidades de Fundo Maneio)

Este indicador embora tenha diminuído continua a apresentar valores bastante expressivos, que significam a existência de recursos financeiros disponíveis mas não aplicados. De qualquer forma uma Tesouraria Líquida que apresente valores positivos não é motivo de preocupação, pois significa que existem disponibilidades para financiar o funcionamento.

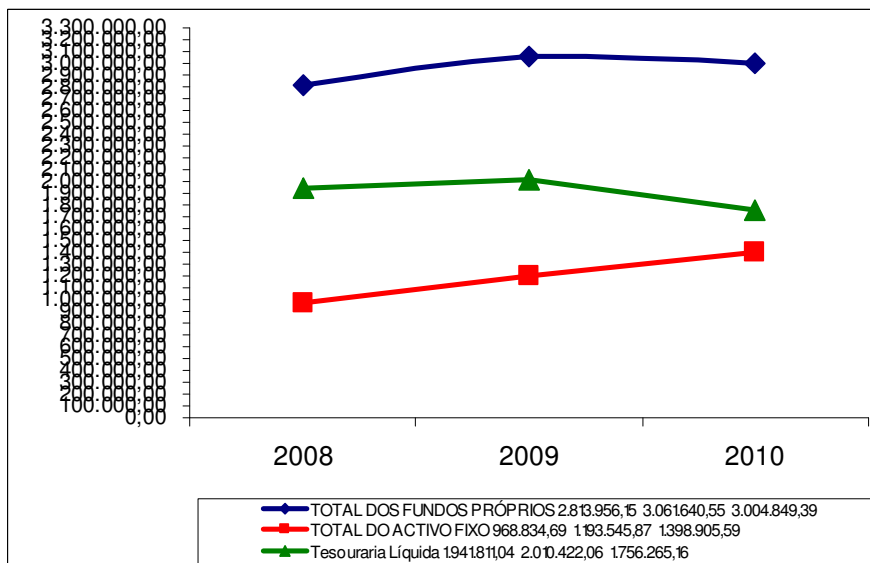
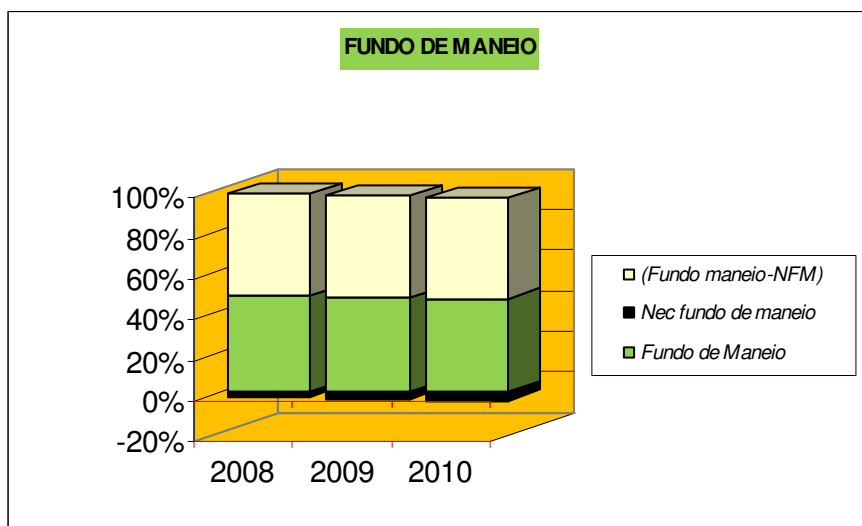
BALANÇO FUNCIONAL

APLICAÇÕES DE FUNDOS	2008	2009	2010
-			
ACTIVO FIXO			
Imobilizado	968.834,69	1.193.545,87	1.398.905,59
TOTAL DO ACTIVO FIXO	968.834,69	1.193.545,87	1.398.905,59
ACTIVO CIRCULANTE	79.253,38	35.555,80	45.854,64
TESOURARIA ACTIVA	1.953.172,67	2.022.522,85	1.768.514,35
TOTAL	3.001.260,74	3.251.624,52	3.213.274,58

ORIGENS DE FUNDOS	2008	2009	2010
-			
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Património	2.813.956,15	3.061.640,55	3.004.849,39
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	2.813.956,15	3.061.640,55	3.004.849,39
PASSIVO CIRCULANTE	175.942,96	177.883,18	196.176,00
TESOURARIA PASSIVA	11.361,63	12.100,79	12.249,19
TOTAL	3.001.260,74	3.251.624,52	3.213.274,58

EQUILÍBRIO FINANCEIRO	2008	2009	2010
Fundo de Maneio	1.845.121,46	1.868.094,68	1.605.943,80
Necessidades de Fundo de Maneio	-96.689,58	-142.327,38	-150.321,36
Tesouraria Líquida	1.941.811,04	2.010.422,06	1.756.265,16

EQUÍBRIO FINANCEIRO			
DESIGNAÇÃO	2008	2009	2010
Fundo de Maneio (Património-A.fixo)	1.845.121,46	1.868.094,68	1.605.943,80
Nec fundo de maneio (A.circ-P.circulante)	-96.689,58	-142.327,38	-150.321,36
Tesouraria liquida (Fundo maneio-NFM)	1.941.811,04	2.010.422,06	1.756.265,16



RÁCIOS DE FUNCIONAMENTO

- Tendo em conta o nível de actividade evidenciado pelas demonstrações financeiras a exploração mostra relativamente ao ano de 2010 um que o Prazo Médio de Recebimento continua a ser bastante inferior ao Prazo Médio de Pagamento. Este é um indicador positivo de funcionamento, porque está perto de zero que é o ponto de equilíbrio e dada a pouca relevância da rotação das existências, uma vez que não estamos no âmbito da actividade produtiva.
- Os rácios de rotação dos activos e existências e do prazo médio das existências, não apresentam quase variação em relação aos anos anteriores e deles apenas podemos inferir que a expressão das existências em relação ao activo mantém valores dentro dos normais do triénio e o seu prazo de permanência em economato manteve-se estável. Tal como temos referido em anos anteriores não se tratando o serviço de uma unidade produtiva, o desenvolvimento ou concretização de actividades não tem uma relação directa com a rotação das existências.
- O Ciclo de Caixa assumiu valores negativos, mas de pouca expressão, pelo que se infere que as receitas geradas pelo ciclo de exploração (só as geradas internamente) são quase integralmente absorvidas pelos encargos de fornecedores, ficando os recursos libertos para investimento a cargo de outras receitas externas.

RACIOS DE FUNCIONAMENTO

DESIGNAÇÃO DO RATIO	FORMULA	2008	2009	2010
Rotação do activo	$\text{Prestação Serviços/Activo total}$	0,26	0,25	0,24
Rotação das existencias	$\text{Existências/Activo}$	0,74	0,86	0,86
Prazo medio de existencias (PMS)	$(\text{Existências/Prestações Serviços}) \cdot 365$	6	7	6
Prazo medio de recebimento (PMR)	$(\text{Utentes/(Prestações Serviços)}) \cdot 365$	8	0	2
Prazo medio de pagamento (PMP)	$(\text{Divid. de C.Pz/(Compras)}) \cdot 365$	8	18	9
Ciclo de converção de caixa	PMS+PMR-PMP	6	-11	-1

RÁCIOS DE ANÁLISE FINANCEIRA

- No que respeita à Solvabilidade, ou seja, a capacidade de a entidade regularizar de imediato todos os seus passivos, o indicador voltou aos valores de 2008, facto devido ao aumento do passivo em relação aos fundos próprios. No entanto resulta para a Entidade, a sua capacidade de cobrir com meios próprios todos os seus compromissos cerca de quinze vezes.
- O rácio de Autonomia Financeira é o indicador contrário ao endividamento e os valores apresentados mostram um crescimento em resultado da variação da relação entre os fundos próprios “Património” e as dívidas de curto prazo “Fornecedores c/c”, evidenciando que para este nível de endividamento, não há dependência de financiamento externo.
- Os valores relativos à Taxa de Rentabilidade foi efectuado como mero exercício, na medida que este dado apenas seria importante para a entidade se os fundos próprios administrados fossem resultados do investimento de accionistas externos, situação em que não haveria lugar à distribuição de dividendos.

RÁCIOS DE ANÁLISE FINANCEIRA

DESIGNAÇÃO DO RÁCIO	FORMULA	2008	2009	2010
Indicador de Solvabilidade	Fundos Próprios/Passivo	15,99	17,21	15,32
Indicador de Autonomia Financeira	Fundos Próprios/Dívidas a Curto Prazo	53,11	41,51	49,49
Taxa de Rentabilidade	Resultado Líquido/Fundos Próprios	0,24	0,08	-0,02

RÁCIOS DE LIQUIDEZ

LIQUIDEZ GERAL

O indicador em referência mede a capacidade de a entidade solver as suas responsabilidades de curto prazo e o seu valor embora tenha diminuído ligeiramente mantém-se elevado.

LIQUIDEZ REDUZIDA

Também aqui os valores apresentados no triénio demonstram a redução da expressão do activo circulante (existência, clientes e disponibilidades) face às dívidas de curto prazo.

O facto de a diferença entre a Liquidez Geral e a Liquidez Reduzida ser de 0,13, representa o peso das existências na liquidez.

LIQUIDEZ IMEDIATA

Indica a capacidade que a entidade tem para solver de imediato todos os seus compromissos utilizando apenas os seus recursos monetários. O valor obtido de 8,95% para o ano 2010, não deixa quaisquer dúvidas sobre a solidez financeira e sobre a liquidez das contas de Autarquia, aspecto que é bastante vantajoso para capacidade negocial da Entidade.

LIQUIDEZ DOS CAPITAIS CIRCULANTES

O indicador mede o peso das disponibilidades monetárias no total do activo circulante e os dados obtidos evidenciam uma redução das disponibilidades, face ao montante das dívidas de terceiros, pelo que o rácio apresenta um valor menos favorável que o do ano anterior.

RACIOS DE LIQUIDEZ

DESIGNAÇÃO DO RÁCIO	FORMULA	2008	2009	2010
Liquidez geral	activo circulante	11,55	11,57	9,25
	dividas a curto prazo			
Liquidez reduzida	act circulante -existencias	11,43	11,41	9,11
	dividas a curto prazo			
Liquidez imediata	disponibilidades	11,05	11,32	8,95
	dividas a curto prazo			
Liquidez dos Capitais Circulantes	disponibilidades	24,54	56,65	38,30
	circulante			

CASH FLOW

- O Mapa de Cash Flow (fluxos de caixa) expressa os valores monetários gerados pela actividade da entidade (valores recebidos e gastos) e que, expurgados das amortizações e provisões, servem de suporte ao financiamento das actividades.

- O Cash Flow mostra a diminuição dos resultados operacionais, alterando este indicador em função daqueles. A diminuição dos resultados operacionais, traduz-se na diminuição do cash flow básico, ao qual é deduzida também a diferença entre activo circulante e passivo circulante.
O resultado final traduz-se numa diminuição dos fluxos de caixa operativos que é fácil de avaliar se verificarmos os fluxos de receitas e despesas do ano em apreço.

MAPA DE CASH FLOW

		2008	2009	2010
RESULT.OPERACIONAIS		485.921	142.396	-87.475
AMORTIZAÇÕES	+	143.145	243.641	189.563
PROVISÕES	+	0	0	0
CASH-FLOW BÁSICO	(=)	629.066	386.037	102.088
INVEST.NEC .FUNDO MANEIO	-	-180.808	45.638	7.994
CASH-FLOW OPERATIVO	(=)	809.874	340.399	94.094

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

	2008	2009	2010
Prestações de Serviços	778.713	801.374	763.897
Transferências e Subsídios Obtidos	1.972.010	1.931.473	2.070.645
Custo das Prestações de Serviços	1.263.429	1.411.856	1.791.595
Transferências e Subsídios Concedidos	46.528	96.391	148.698
margem bruta	1.440.766	1.224.600	894.250
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	1.080	0
Custos Administrativos	811.700	839.642	792.161
Outros Custos Operacionais	143.145	243.641	189.563
resultado operacional	485.921	142.396	-87.475
resultado financeiros	184.349	69.291	31.350
resultados extraordinarios	4.090	35.998	-666
resultados ante de encargos financeiros (RAEFI)	674.360	247.684	-56.791
Encargos Financeiros	0	0	0
resultado ante de imposto RAI	674.360	247.684	-56.791
imposto do exercicio	0	0	0
resultado liquido do exercicio	674.360	247.684	-56.791